

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC GUILHERME BARROS MOREIRA

A INFLUÊNCIA DE CORBETT NAS ESTRATÉGIAS NAVAIS ESTADUNIDENSES PÓS-
GUERRA FRIA

Rio de Janeiro

2018

CC GUILHERME BARROS MOREIRA

A INFLUÊNCIA DE CORBETT NAS ESTRATÉGIAS NAVAIS ESTADUNIDENSES PÓS-
GUERRA FRIA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM-1) Jungstedt

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2018

À minha esposa, Tatiana e ao meu filho João Guilherme, vocês são a
melhor parte da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este caminho, expresso meus sinceros agradecimentos:

À minha esposa Tatiana e ao meu filho João Guilherme pelo apoio e compreensão sempre presentes neste período de dedicação intensiva.

Aos instrutores da Escola de Guerra Naval, particularmente ao CMG (RM-1) Jungstedt, pelas orientações, conhecimentos transmitidos e paciência no decorrer da elaboração deste trabalho, que muito contribuíram para o meu aprimoramento profissional.

Ponham a felicidade na liberdade e a liberdade na bravura.

Tucídides

RESUMO

O objetivo da pesquisa é verificar se o conceito de controle do mar de Corbett teve aderência às estratégias navais estadunidenses no período pós-Guerra Fria até 2010. Limitou-se a abrangência dos estudos às duas primeiras estratégias navais após a Guerra do Golfo (...*From The Sea e Forward...From The Sea*); a última anterior à 2010 (*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*); aos conceitos de Julian Stafford Corbett em *Some Principles of Maritime Strategy* e à análise do conceito de controle do mar na Guerra Fria e no pós-Guerra Fria. Adotou-se o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento histórico, buscando compreender o conceito de controle do mar e sua aplicação na estratégia naval estadunidense pós-Guerra Fria. Utilizou-se da técnica documental indireta, baseada na pesquisa documental, estudando fontes primárias de documentos da Marinha estadunidense e, secundariamente, na pesquisa bibliográfica. Partiu-se da análise dos princípios estratégicos marítimos de Corbett, passou-se pela análise do conceito do mar na Guerra Fria; a concepção contemporânea de controle do mar e as principais estratégias navais estadunidenses emitidas após a Guerra Fria, para então, analisar-se a aderência dos conceitos de Corbett a essas estratégias. Nesta pesquisa descobriu-se que houve aderência ao conceito de controle do mar de Corbett, mas não foram identificados critérios objetivos para classificá-la como “corbettiana” ou “mahaniana”. Por fim, concluiu-se que a ausência de ameaças após a Guerra Fria provocou mudanças nas estratégias de defesa e navais, que os conceitos de Corbett foram utilizados nas estratégias navais estadunidenses, mas não foram os únicos e que o conceito do controle do mar de Corbett está mais interligado à política e à economia do que nos anos da Guerra Fria.

Palavras-chave: Comércio Marítimo. Controle do mar. Batalha. Estratégia. Guerra Fria. Linhas de Comunicações Marítimas. Militar. Operações Conjuntas. Política.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	O controle do mar segundo Corbett.....	11
2.2	As influências de Clausewitz em Corbett.....	12
2.3	As diferenças entre Mahan e Corbett.....	17
2.4	Principais contribuições de Corbett às estratégias navais atuais.....	20
3	O CONTROLE DO MAR NAS ESTRATÉGIAS DURANTE A GUERRA FRIA	22
3.1	As estratégias navais estadunidenses na Guerra Fria e o controle do mar.....	22
3.2	Novas abordagens do conceito de controle do mar.....	24
3.3	Controle do mar e o fim da Guerra Fria.....	27
4	O CONTROLE DO MAR NAS ESTRATÉGIAS NAVAIS DOS EUA PÓS-GUERRA FRIA	30
4.1	As estratégias navais ... <i>From The Sea</i> e <i>Forward...From The Sea</i>	31
4.2	A estratégia naval <i>A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower</i>	35
5	A INFLUÊNCIA DE CORBETT NAS ESTRATÉGIAS NAVAIS DOS EUA PÓS-GUERRA FRIA	38
5.1	A estratégia naval ... <i>From The Sea</i> e os conceitos de Corbett.....	39
5.2	A estratégia naval <i>Forward...From The Sea</i> e os conceitos de Corbett.....	42
5.3	A estratégia naval <i>A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower</i> e os conceitos de Corbett.....	44
6	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

O controle do mar é primordial para a soberania, economia e o comércio de um Estado. Varia de acordo com a política, estratégia de defesa e marítima e da capacidade naval, por isto não pode ser considerado uniforme. Nos dias atuais, pode ser o controle de área marítima; o controle das comunicações marítimas ou a negação do uso do mar ao inimigo.

Durante a Guerra Fria (1947-1991), a bipolaridade evidenciava a disputa do controle do mar entre Estados ocidentais e orientais, liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), influenciada pela política de defesa dos Estados.

Após o fim da Guerra Fria, um mundo geopoliticamente unipolar e posteriormente multipolar passou a demandar mudanças nas estratégias de defesa dos Estados, e principalmente das estratégias navais.

Novos termos como *Anti-Access Area Denial* (A2/AD)¹, *jointness*², e operações conjuntas³ introduziram novas definições nas estratégias navais contemporâneas. Novos conceitos e novas tarefas da marinha após a Guerra Fria também implicaram na reavaliação das teorias dos principais pensadores navais clássicos: Philip Colomb (1831-1899); Alfred Tayer Mahan (1840-1914); Julian Stafford Corbett (1854-1922) e Raoul Castex (1878-1968).

Corbett era o único civil e político dos quatro pensadores, por isto, supõe-se que

¹ As estratégias anti-acesso (anti-access) ou A2 – constituem uma designação estadunidense do pós-Guerra Fria que engloba as formas atuais que um adversário pode usar para obstar suas forças de projetar poder sobre um litoral, impedindo-as de ter acesso ao teatro de operações onde realizariam tais ações. O conceito de A2 é complementado pelo de “Negação de Área” (*Area-Denial*) ou AD, que prevê o emprego de ações em todos os ambientes (terrestres, aéreo, de superfície ou submarino) para impedir a liberdade de ação das forças de projeção de poder na área marítima, nos pontos de penetração do litoral ou desembarque, antes que possam se dispersar, ou já operando em terra (DE MOURA, 2014, p. 140-141).

² *Jointness* – Comum às três forças armadas (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999, p.140).

³ Operações Conjuntas – Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, sem que haja a constituição de um comando único no escalão considerado (BRASIL, 2007, p.178).

os fundamentos de sua estratégia marítima e seu conceito de controle do mar serão mais filosóficos e ainda válidos atualmente, mesmo considerando a evolução tecnológica e o contexto geopolítico em mudança.

Logo, a presente dissertação tem por propósito analisar o conceito de controle do mar de Corbett e verificar se houve aderência às estratégias dos EUA após o término da Guerra Fria até 2010.

Para Corbett, "o comando no mar significava nada além do controle das comunicações marítimas, ora para fins comerciais ou propósitos militares" (CORBETT, 1911, p. 90). Atualmente o comando no mar pode ser entendido como o controle do mar, e está dentro das estratégias navais adotadas pelas marinhas, que por sua vez estão dentro das estratégias de defesa dos Estados. Logo, depreendemos que o controle do mar está ligado diretamente aos interesses políticos, e que conseqüentemente dele se desenvolverão suas capacidades militares.

Inserindo o contexto geopolítico da primeira década do século XXI, podemos depreender que sob vários aspectos, a multipolaridade atual diferencia-se da bipolaridade da Guerra Fria e a da unipolaridade que se seguiu.

Portanto, em uma nova conjuntura política é primordial verificar como os conceitos de Corbett para o controle do mar, priorizando estes fins políticos são utilizados nas estratégias adotadas após o fim da Guerra Fria pelos EUA e principalmente confrontar seus embasamentos teóricos no que se refere ao controle do mar com estas estratégias para entendermos os interesses dos EUA e as influências "corbettianas" na elaboração destas estratégias.

O estudo foi organizado em 6 capítulos, sendo este primeiro a introdução.

No capítulo 2, será apresentada o referencial teórico de Corbett, abordando as suas

inspirações, dificuldades e comparações à outros pensadores clássicos.

No capítulo 3, serão detalhados os conceitos atuais de controle do mar conforme os entendimentos contemporâneos, bem como o conceito de controle do mar nas estratégias dos EUA durante a Guerra Fria.

No capítulo 4, serão detalhadas as estratégias navais dos EUA após a Guerra Fria.

No capítulo 5, serão analisados os resultados obtidos na pesquisa e nos demais dados coletados, sendo, em seguida, apresentadas as conclusões no último capítulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O controle do mar para Corbett é a capacidade de utilizá-lo e não o domínio sobre ele. Este entendimento decorre da relação entre a guerra e a política, na qual Corbett faz uma relação entre o campo militar e a estratégia de um Estado contribuindo para um aperfeiçoamento da estratégia marítima e para reformas na Marinha britânica entre 1914 e 1925 (MONTEIRO, 2011).

Utilizando um método filosófico para análise da guerra naval, Corbett foi além dos dogmas e da história naval e analisou a essência da guerra naval. Em seu principal livro, *Some Principles of Maritime Strategy*, lançado em 1911, Corbett vai muito além do aspecto material para teorizar a estratégia marítima, relacionando a guerra no mar sob a ótica de Carl Von Clausewitz (1780-1831) e os seus fins políticos. Isso não quer dizer que outro grande teórico da guerra, Antoine-Henri Jomini (1779-1869), tenha sido esquecido, mas é bem claro que a filosofia do primeiro o influenciou muito mais do que o segundo (COUTAU-BÉGARIE, 2006; MONTEIRO, 2011).

Corbett vê o controle do mar como a capacidade de utilização das comunicações marítimas para fins políticos, militares e comerciais. Para ele, criar novas abordagens sobre estratégia marítima para o Almirantado inglês, que estava consolidada pelos preceitos de Mahan, publicados em 1889 em seu livro *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783* era um desafio. As idéias de Mahan e Corbett não se opunham, estavam apenas em planos diferentes. Corbett visava o uso do poder marítimo relacionado à política, tanto em tempos de paz, como em tempos de guerra e Mahan colocava suas teorias no campo geopolítico e geostestratégico (MONTEIRO, 2011; PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999).

Logo, compreender os fundamentos teóricos de Corbett e o seu conceito de controle do mar; suas principais influências; as diferenças aos preceitos de Mahan; e

principalmente suas contribuições nas formulações das estratégias navais atuais, permitirão identificar a influência de Corbett na estratégia naval contemporânea e na formulação das estratégias navais estadunidenses pós-Guerra Fria.

2.1 O controle do mar segundo Corbett

O controle do mar segundo Corbett é o principal objetivo da guerra naval e todos os esforços devem ser voltados para assegurá-lo. Todos os Estados devem buscar e possuir capacidade de negar ao inimigo o controle do mar. Entretanto, releva mencionar que este controle dificilmente será algo absoluto, pois não é uma posse, e sim um objeto em constante disputa, na qual o inimigo não se posiciona “sobre o terreno” e não pode se estabelecer, pelo menos legalmente, como um “proprietário” fora das águas territoriais (ainda que um forte poder dissuasório objetive transparecer a imagem de um “dono”). Logo, o conceito do controle do mar é algo intrinsecamente subjetivo e condicionado aos objetivos do Estado, na qual o controle das comunicações marítimas é o que realmente importa, seja ele relacionado a fins militares, comerciais ou até mesmo políticos (CORBETT, 1911).

Não só os interesses militares são objetos da guerra do mar, mas principalmente os interesses econômicos, representado e traduzido pelo comércio marítimo. A falta de capacidade de um Estado em assegurar o fluxo de produtos necessários aos seus cidadãos é uma fragilidade ameaçadora à sua autonomia e sobrevivência. Sob outra ótica, a falta de capacidade de assegurar o fluxo de produtos para outros Estados também pode ser considerada uma fragilidade, visto que o comércio estará fadado ao insucesso e para fins militares a falta de provisionamento de produtos necessários à guerra fora do seu território poderá levar a derrota.

Em 2018, 107 (cento e sete) anos após a publicação da principal obra de Corbett, parece óbvio que o entendimento da importância das comunicações marítimas tenha, no mínimo, uma certa lógica, mas no início do século XX, quando o livro foi escrito, o comércio marítimo não era tão importante para os Estados como atualmente.

Hoje o volume transportado pelo comércio marítimo representa mais do que 75% do volume total mundial. As evoluções tecnológicas, como o surgimento dos motores de combustão interna a diesel, a capacidade dos portos de absorver navios de maior tonelagem, a inauguração do canal do Panamá em 1914 e o já existente Canal de Suez (inaugurado em 1869) aumentaram a importância do controle das comunicações marítimas. Ou seja, surgia a necessidade de estabelecer prioridades para a configuração das forças navais: econômica, para assegurar a segurança das comunicações e a capacidade de utilização do mar; e/ou militar, para destruição do inimigo e defesa do território (ERICKSON; GOLDSTEIN; LI, 2010).

Dessa forma, o comércio marítimo, sua relação com os interesses econômicos e a importância das comunicações marítimas aumentaram significativamente no século XXI. Nesta evolução, Corbett foi um grande contribuinte de fundamentos teóricos que, sem se desvincular dos objetivos militares, interligaram o mar e a guerra naval à uma estratégia marítima aos objetivos políticos e econômicos, associando os eventos no mar aos eventos em terra, elucidando o porquê controlar o mar e o porquê negá-lo ao inimigo.

2.2 As influências de Clausewitz em Corbett

A partir de 1880, “Da Guerra” (1832), escrito por Clausewitz começava a influenciar o pensamento estratégico na Alemanha e na França, que aceitaram uma concepção mais abstrata, mais filosófica da guerra em detrimento das ideias de Jomini. Este último defendia que a prioridade da guerra era a ocupação de territórios e a destruição do exército

inimigo, enquanto Clausewitz afirmava que a guerra deveria ser a continuação da política por outros meios, e a política deveria ser a prioridade (COUTAU-BÉGARIE, 2006).

Os britânicos não aceitavam bem as ideias de Clausewitz e conseqüentemente Corbett, visto que este último utilizou muitos conceitos do anterior para a elaboração de sua teoria marítima, o que contribuiu para uma clara relutância dos ingleses às suas obras. A transposição das ideias “clauswitzianas” para o meio naval não o fez ser reconhecido como um grande idealizador de novas teorias, mas foi visto como um historiador utilizando uma metodologia filosófica. Dessa forma, o primado da política e a superioridade da defesa continuaram sendo superados pelos conceitos de Jomini, cujos alicerces são provenientes das guerras napoleônicas que priorizavam a ocupação de territórios e a destruição dos inimigos (COUTAU-BÉGARIE, 2006; PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999).

Esta dificuldade é transcrito pelo próprio Corbett conforme apresentada a seguir:

Nós estamos realmente dominados pela idéia de que desde a era Napoleônica a guerra tem sido algo essencialmente diferente. Nossos professores inclinam-se a insistir que só há, neste momento, uma maneira de fazer a guerra, e que esta é a maneira de Napoleão. Ignorando o fato de que ele falhou no final, eles consideram uma heresia a sugestão de que possa haver outras formas, e não satisfeitos em assumir que seu sistema serve para todas as guerras terrestres, mas muitas das naturezas e objetos podem diferir, eles forçariam a guerra naval para o mesmo uniforme sob a impressão, aparentemente, que eles estão, assim, tornando apresentável e dando-lhe alguma nova força. (CORBETT, 1911, p. 18, tradução nossa).⁴

O afastamento das ideias de Corbett de Jomini e a aproximação à Clausewitz decorre do fato de Jomini apresentar conceitos mais descritivos do processo da guerra, ou seja, uma explicação mais relacionada à teoria da guerra. Esta diferença entre Jomini e Clausewitz possibilita a Corbett convergir à conclusão de que o propósito básico da guerra é

⁴ *We are in fact dominated by the idea that since the Napoleonic era war has been essentially a different thing. Our teachers incline to insist that there is now only one way of making war, and that is Napoleon's way. Ignoring the fact that he failed in the end, they brand as heresy the bare suggestion that there may be other ways and not content with assuming that his system will fit all land wars, however much their natures and objects may differ, they would force naval warfare into the same uniform under the impression apparently that they are thereby making it presentable and giving it some new force (CORBETT, 1911).*

político, e que o contexto, o desenvolvimento e até o fim da guerra sempre serão fundamentados em teorias e vontades políticas de um Estado (CORBETT, 1911).

Clausewitz foi a base da transcrição da estratégia terrestre para a estratégia marítima de Corbett com dois axiomas principais: a guerra como continuidade da política e a ideia de que todas as guerras eram diferentes. Para Corbett, ao contrário do pensamento reinante na marinha britânica, a guerra não pode ser teorizada de uma só forma, mas terá diferentes versões e dependerá das circunstâncias que levaram a ela. Por isto, ele tentava demonstrar ao Almirantado inglês que o conceito de "guerra absoluta" de Napoleão, na qual um Estado luta até os últimos esforços consiste de uma guerra irreal, pois, a energia dispensada será estabelecida e modificada pela profundidade dos interesses de Estado na guerra. Nesse contexto, duas transcrições da estratégia terrestre para a estratégia marítima não se assemelhavam: o princípio estratégico da concentração e a guerra limitada (CORBETT, 1911; HANDEL, 2001).

Segundo Clausewitz, “a lei suprema e a mais simples da estratégia consiste em concentrar suas forças”, Corbett defende a ideia “de achar-se o mais forte no bom lugar e no bom momento” e “o de cobrir a maior superfície possível, conservando em tudo a flexibilidade e a coesão, de modo a assegurar uma reunião rápida e segura do conjunto ao centro estratégico” (COUTAU-BÉGARIE, 2006).

Corbett não qualifica a destruição do inimigo como primordial na base teórica estratégica do princípio da concentração de forças. Para ele, a concentração de forças existe, e sob uma ótica naval dos fatores que permitam uma flexibilidade do ataque e também da defesa, devendo-se ainda considerar a extensão do mar e as possíveis manobras necessárias para tais ações. Assim, Corbett analisou o princípio da concentração aplicado à guerra naval, sob duas vertentes: a primeira é a de que, no mar, a concentração de forças permite ao inimigo evitar a batalha se este se achar inferior; e a segunda é a de que quanto mais concentradas

nossas forças, menos controlados e protegidos estarão as linhas de comunicações de interesse. A combinação das duas ainda permite ao inimigo a oportunidade de atacar as linhas expostas e deixará vulneráveis as áreas, o comércio e os recursos estratégicos de um Estado (COUTAU-BÉGARIE, 2006; HANDEL, 2001).

Outro conceito sugerido por Corbett é o da guerra limitada, também utilizado pelos Estados mais fracos, cujo objetivo é “procurar o bom lugar e o bom momento”, manipulando as percepções do inimigo, de forma a obter vantagens e vitórias estratégicas. Ela também é utilizada pelos Estados mais fortes, porém, está mais relacionada a uma questão econômica do que à uma questão bélica, ou seja, vitórias políticas com custos menores (COUTAU-BÉGARIE, 2006; HANDEL, 2001).

O importante na análise da guerra limitada é o objetivo estratégico. Na “guerra absoluta”, a ofensiva estratégica deve ser direcionada à completa destruição das forças armadas do inimigo. Porém, em uma guerra limitada, o objetivo da guerra não são as forças armadas, mas o objetivo estratégico que custe mais à ele continuar a tentar vencer do que parar de lutar e aceitar os termos de paz. A simples derrota política ou o desarmamento de suas forças armadas pode ser classificado como o objetivo de uma guerra limitada por exemplo (CORBETT, 1911).

O último conceito apresentado, de extrema relevância nas análises de Corbett são as comunicações marítimas. Na guerra naval não há fronteiras vizinhas ou conquistas de territórios, entretanto as linhas de comunicações (conceito existente na guerra terrestre e na guerra naval), das quais o controle é o fator que poderá fazer a grande diferença nos objetivos finais de uma guerra (CORBETT, 1911).

A partir do momento que os navios podem se fazer ao mar e permanecer no mar, o comércio se expande, o controle do mar se faz necessário e a estratégia marítima deixa de ter um papel secundário para ter um papel principal (COLOMB, 1899).

Assim, Corbett estabelece dois valores para o mar: um positivo, que é obtido através do controle das comunicações para fins políticos, comerciais e militares e um negativo que é o mar como barreira, que possibilita permitir ou não a passagem e o uso militar quando desejado. Para este último, a remoção desta barreira quando realizando ações ofensivas e a possibilidade de fazer do mar uma barreira para os inimigos quando em ações defensivas possuem um valor estratégico muito alto (CORBERTT, 1911).

Podemos perceber então que as linhas de comunicações marítimas possuem uma amplitude muito maior do que aquelas que são concebidas inicialmente na guerra terrestre e seu controle implica em garantir os interesses de um Estado ou prejudicar os interesses de outros Estados.

Os níveis de interesses de um Estado e em quais linhas de comunicação estão estes interesses definirão quais políticas serão utilizadas para garantir, exercer e disputar o controle do mar. Para a garantia são recomendadas bloqueios e batalhas decisivas; para a disputa do controle, a esquadra em potência e contra ataques e para o exercício do controle, a defesa contra invasão, o ataque e a defesa do comércio e o ataque, a defesa e o apoio a expedições militares (CORBETT, 1911).

O conceito de controle das comunicações marítimas representava uma grande diferença entre os conceitos que predominavam até aquele período. Ele reduz a questão primordial da guerra naval e vislumbra a possibilidade de Estados mais fracos alcançarem seus objetivos, mesmo quando em inferioridade numérica ou até mesmo tecnológica, assertiva não declarada até então, diferenciando os interesses no controle do mar e respectivas tarefas necessárias para obtê-la. Relembrando que sempre haverá um fator psicológico no conceito de controle do mar, pois só ocorrerá, se o inimigo ou a parte beligerante aceitar este controle, caso contrário esta disputa estará sempre em jogo (COUTAU-BÉGARIE, 2006; PROENÇA ; DINIZ; RAZA, 1999).

Dessa forma, no mar, os princípios da guerra limitada e da concentração de forças adquirem aplicações diferentes daquelas estabelecidas na guerra terrestre. Como a conquista “absoluta” do mar é algo praticamente irreal, eles possibilitam que, também no mar, Estados mais fracos e com menores capacidades possam obter vitórias estratégicas em uma guerra conforme seus interesses.

Todo Estado costeiro terá maior ou menor interesse no controle do mar, ainda que não estejam em conformidade com a capacidade de suas marinhas de garanti-lo. Decorrente desses objetivos, suas políticas darão as diretrizes para as formulações de suas estratégias marítimas, nas quais as marinhas estão inseridas e exercerão o esforço principal das ações decorrentes.

2.3 As diferenças entre Mahan e Corbett

O grande obstáculo para a implementação das idéias de Corbett na Marinha Britânica eram os princípios de Mahan, que prevaleciam na época. Considerado o evangelista do poder naval, Mahan ganhou ainda mais prestígio após a Batalha de Tsushima, ocorrida em 1905, entre Rússia e Japão, na qual a batalha decisiva definiu o destino da guerra entre estes dois Estados.

Entretanto, Mahan não foi um escritor preocupado com a criação de uma nova teoria, pelo contrário, buscou sob a luz da história naval explicar e justificar alguns preceitos, que a partir de então, passaram a ser considerados dogmáticos, mesmo sem uma explicação científica, teórica ou mesmo técnica que os justificassem. Seus preceitos foram seguidos pela Marinha do Reino Unido e pela Marinha dos EUA no início do século XX (COUTAUBÉGARIE, 2006; PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999).

Os princípios de Mahan eram: concentração⁵ e economia de forças⁶ visando a batalha decisiva. E ele ainda considerava a ofensiva⁷. Para ele o controle do mar só poderia ser obtido após a destruição da esquadra inimiga. Estes princípios eram considerados universalmente válidos, qualquer que fosse a guerra ou a batalha. Sua importância decorre da influência da teoria da guerra de Jomini e as batalhas estudadas por Mahan (COUTAU-BÉGARIE, 2006).

Sob outra ótica, Corbett, que era britânico, acreditava que o sucesso estratégico de seu Estado era decorrente das junções do poder naval e do poder terrestre, e que ambos eram importantes e se complementavam, por isso preferia chamar sua estratégia de “marítima”, contrastando com a estratégia “naval” de Mahan. Para ele, a estratégia marítima deveria se preocupar em estabelecer relações mútuas entre o Exército e a Marinha num plano de guerra (CORBETT, 1911; MONTEIRO, 2011).

Mahan dizia que o controle do mar não era divisível e só poderia ser obtido destruindo a esquadra inimiga. Em complemento, Corbett atribuía um valor econômico e político para o controle do mar, porém não acreditava que a esquadra inimiga devia ser perseguida ou destruída se os objetivos políticos do Estado na guerra já tivessem sido atingidos, ou seja, se a capacidade de utilização do mar já tivesse sido alcançada, para ele proteger ou destruir o comércio marítimo era o objetivo principal (PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999).

No que se refere ao princípio da concentração, para se obter o controle do mar,

⁵Princípio da concentração – prescreve reunir o máximo de forças em um ponto escolhido de maneira a dispor de uma massa de manobra ou de choque que permitirá, como disse-o Corbett, “de achar-se o mais forte no bom lugar e no bom momento” (COUTAU-BÉGARIE, 2006, p.236).

⁶ Princípio da Economia de Forças – Prescreve a busca do uso máximo das forças (COUTAU-BÉGARIE, 2006, p.240).

⁷A ofensiva não pode ser considerada como um princípio estratégico, pois ela não é capaz de impor-se em todas as circunstâncias (COUTAU-BÉGARIE, 2006, p.242).

destruindo a esquadra inimiga, segundo Mahan, a esquadra de um Estado deve se manter sempre unida, indivisível. A concentração está relacionada a massa⁸ e à iniciativa⁹ (COUTAU-BÉGARIE, 2006; PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999).

Para Corbett, a concentração de forças está relacionada a economia de forças, ou seja, o uso máximo da capacidade das forças para atingir um propósito. Defendia que o risco de se deixar a costa e as linha de comunicações desprotegidas deviam ser levadas em consideração ao adotar uma ação ofensiva (COUTAU-BÉGARIE, 2006; PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999).

Para Mahan e Corbett a guerra naval estavam em planos diferentes. Para Mahan, a estratégia naval deveria ser voltada ao expansionismo e à agressividade para destruir qualquer ameaça ao seu território a qualquer tempo. O Reino Unido buscou novas colônias ultramarinas e novas bases, de acordo com as suas teorias e os EUA mudaram sua "atitude". Eram antes de Mahan uma Marinha defensiva voltada para a defesa do território, sem objetivos de se expandir ou dominar as linhas de comunicações marítimas.

Corbett não cita a expansão e a busca de bases como requisito para uma Marinha, ainda que Mahan tenha priorizado-as visando um fortalecimento do poder marítimo e não somente sob o enfoque militar. Por não ser militar, e sim, político e advogado, não se atrelava a questões essencialmente militares, e talvez, por este mesmo motivo, após Sir John Fisher¹⁰ deixar o cargo de primeiro lorde britânico, Corbett foi preterido. (PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999).

⁸ Princípio da Massa – Pode-se definir a massa como a reunião do máximo de meios com vistas a alcançar um objetivo dentro de um mínimo de tempo e com o máximo de probabilidade de sucesso (COUTAU-BÉGARIE, 2006, p.243).

⁹ Princípio da Iniciativa – O princípio da iniciativa prescreve não esperar a ação do inimigo, mas antecipar-se sobre ele de maneira a retirar sua liberdade de ação e obrigá-lo a submeter-se à nossa vontade (COUTAU-BÉGARIE, 2006, p.241).

¹⁰ Sir John Fisher – Almirante inglês, criou o primeiro Curso de Guerra Naval em 1900 no Reino Unido, para prover uma educação relacionada ao combate em guerra e assuntos afins, à oficiais superiores e comandantes de navios (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999, pg. 44).

Mormente, considerar Mahan e Corbett como teorias opostas pode levar a erros de interpretação e mal uso dos seus ensinamentos. A melhor forma de correlacioná-los às marinhas atuais é entender os objetivos estratégicos de cada Estado. Corbett possibilita uma visão mais ampla do controle do mar e o correlaciona às atividades em terra e ao exército. Diferente de Mahan, prioriza a economia de forças como princípio estratégico e não visualizou a marinha como instrumento para conquista de territórios, mas sim para a garantia dos interesses do Estado.

2.4 Principais contribuições de Corbett às Estratégias Navais atuais

Corbett escreveu sua principal obra um pouco antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), assim, as experiências do Século XIX e a falta de uma experiência empírica notadamente comprovada e aceita não permitiram que o Reino Unido possuísse confiança suficiente para adotar sua teoria como doutrina, pelo contrário, continuava a acreditar que a melhor maneira de ganhar a guerra era pela batalha decisiva e recriminava a inclinação em diminuir a importância dela (TILL, 2018).

Para Corbett o controle do mar¹¹ não era o fim em si mesmo, era um conceito relativo. Neste sentido, uma das grandes contribuições de Corbett foi relacionar o conceito de controle do mar nas estratégias políticas, com suas possibilidades e limitações aliando os princípios da guerra a uma forma de pensar a guerra naval como instrumento do Estado e não taticamente (TILL, 2018).

Corbett, além de outros estrategistas, também explicou a importância da diplomacia naval, e estabeleceu que a primeira função de uma Esquadra era apoiar ou obstruir

¹¹ Mahan também entendia que o controle do mar era essencialmente relativo e não absoluto (TILL, 2018, p.85).

um esforço diplomático. Ou seja, a estratégia marítima deveria obedecer aos interesses do Estado, sendo um reflexo dos objetivos nacionais (TILL, 2018).

Controle do mar é consequentemente a capacidade fundamental da Marinha. Não há presença avançada no mar sem o controle do mar. Não há projeção de poder a partir do mar sem o controle dos mares. Não há preparativos ou apoio à guerra no litoral a partir do mar sem o controle dos mares entre os EUA e o litoral onde se irá combater. Controle do mar é absolutamente necessário, algo sem o qual outras missões navais, e a maioria das missões nacionais, correrão o risco de falhar. (TILL, 2018, p. 192, tradução nossa).¹²

Corbett, utilizando a teoria de Clausewitz, na qual a política é a prioridade, desenvolveu uma estratégia marítima e definiu seus princípios estratégicos, abordou de uma forma mais ampla o controle do mar e a sua utilização para um Estado, que permitiu relacioná-lo à política e à economia, não se restringindo ao aspecto apenas militar. Suas teorias, não necessariamente contrárias à Mahan, priorizavam o controle das comunicações marítimas, sem necessitar destruir a esquadra inimiga. Além disso, trouxe o conceito de guerra limitada na qual o que realmente interessa são os objetivos estratégicos e não os objetivos táticos. Corbett também destacou a diplomacia naval como instrumento político e o controle do mar e sua relatividade, conceitos estes até hoje válidos.

¹² *Sea control is therefore the fundamental capability of the navy. There is no forward presence on the sea without control of the sea. There is no power projection from the sea without control of the sea. There is no initiation or support of littoral warfare from the sea without control of the seas between the United States and the engaged littoral. Sea control is absolutely necessary, the thing without which all other naval missions, and most national missions, precariously risk catastrophic failure (TILL, 2018, p.192).*

3 O CONTROLE DO MAR NAS ESTRATÉGIAS DURANTE A GUERRA FRIA

Após as duas guerras mundiais, a invenção de novas plataformas capazes de atuar nas três dimensões do mar (além da guerra cibernética e a espacial, que também podemos considerar como dimensões) e o término da Guerra Fria, o conceito de controle do mar estabelecido por Corbett foi estudado por outros estrategistas que o aplicaram às marinhas contemporâneas. Por isso, identificar as principais características das estratégias navais estadunidenses durante a Guerra Fria, as novas abordagens deste conceito e suas diferenças em relação ao início do século XX, equalizará o conceito de controle do mar entre o início do século XX e o início do século XXI, possibilitando identificar sua utilização nas estratégias navais estadunidenses na primeira década após o fim da Guerra Fria.

3.1 As estratégias navais estadunidenses na Guerra Fria e o controle do mar

A Guerra Fria foi um período de disputas de zonas de influência por duas potências, que lideravam duas alianças militares e dividiam o mundo em Leste-Oeste: EUA, que liderava a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a ex-URSS que liderava o Pacto de Varsóvia, composto pelos Estados comunistas. Transportando esta bipolaridade para o mar, havia nas respectivas estratégias marítimas de ambas, uma priorização do exercício da deterrência¹³ e do controle do mar como um domínio do espaço marítimo (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

¹³ Deterrência - O mesmo que dissuasão. Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos (BRASIL, 2007, p.82 e 84).

No que se refere às estratégias estadunidenses, suas características foram: de 1946 à 1949, a estratégia naval dos EUA era similar à estratégia da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ou seja, focava o desenvolvimento de um poder naval com capacidade de derrotar o inimigo em qualquer lugar e controlar as comunicações marítimas. De 1949 a 1968, a missão da marinha era conquistar e apoiar bases avançadas no teatro europeu em caso de guerra. De 1968 a 1974, a marinha diminuiu a contribuição das linhas de comunicações marítimas e priorizou as ações ofensivas para se obter o controle das águas internacionais, inclusive as águas soviéticas (VIDIGAL, 1999).

Em 1981, o o secretário da Marinha John Francis Lehman Jr. (1942-) reforçou a preparação para obtenção do controle do mar por meio de ataques e destruição das forças soviéticas no Mar da Noruega (FRIEDMAN, 2001).

A Estratégia Marítima estadunidense publicada em 1986 foi considerada o ápice do pensamento naval de “águas azuis”, na qual as prioridades eram o controle ofensivo do mar e a busca do conflito aproveitando-se deste controle e a contenção do poder naval soviético pela negação da utilização dos mares (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

De uma forma geral, o entendimento era de que quanto mais a marinha estadunidense mantivesse o controle do mar, menos a ex-URSS poderia derrotá-los, tipificando uma estratégia puramente naval, na qual a batalha decisiva decidiria os rumos da guerra. Não obstante, o controle das linhas de comunicação marítimas representava a possibilidade de manter o fluxo de materiais entre os Estados da OTAN (FRIEDMAN, 2001).

Diferente dos EUA, os outros Estados da OTAN enxergavam o controle do mar pela ótica de uma guerra antissubmarino, ou seja, protegendo as linhas de comunicação e a defesa de seus meios, permitindo um somatório de capacidades para o efetivo uso do mar para fins militares, econômicos e comerciais (FRIEDMAN, 2001).

Durante a Guerra Fria havia um inimigo para os EUA: ex-URSS. Como a relação entre estes Estados mudava, neste período, há oscilações entre as suas prioridades nas estratégias navais. Ora é a conquista do controle do mar por batalhas decisivas com a ex-URSS, ora é o controle do mar para as comunicações marítimas.

Nesse contexto de beligerância, Mahan figurava como o principal influenciador das estratégias navais durante a Guerra Fria. Prioritariamente, a marinha estava sendo preparada e seus investimentos eram em equipamentos que visava à guerra e não atividades diferentes dos objetivos militares.

3.2 Novas abordagens do conceito de controle do mar

Uma das primeiras mudanças que ocorre durante o século XX é a movimentação do conceito de controle do mar na estratégia. Deixou de pertencer ao nível tático para alternar entre o nível operacional¹⁴ e o estratégico, principalmente devido à melhor organização das forças organizadas¹⁵ e o surgimento do armamento nuclear. Com maior alcance dos armamentos e a combinação de meios de superfície, submarinos e aéreos, a possibilidade de sua utilização para negar o uso do mar tornou-se muito maior do que no início do século (COUTAU-BÉGARIE, 2006; TILL, 2018).

Após a Segunda Guerra Mundial, com melhores capacidades e possibilidades, uma das grandes necessidades para as marinhas foi equilibrar as tarefas de projeção de poder e a negação do uso do mar, ambas intimamente ligadas ao conceito de controle do mar, porém

¹⁴ Nível Operacional - Nível que compreende o planejamento militar e a condução das operações requeridas pela guerra, em conformidade com a linha estratégica estabelecida (Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01, 2007).

¹⁵ No âmbito estratégico, a força corresponde a chamada “Força Organizada”, que recebe este nome por estar organizada para enfrentar a força correspondente do inimigo (BRASIL, 2004, p.17).

a primeira relacionada às grandes distâncias e a segunda ao mar territorial ou à zona econômica exclusiva (ZEE) (FRIEDMAN, 2001).

Um pouco mais de dez anos da publicação da principal obra de Corbett, o desenvolvimento do nível operacional, entre os níveis estratégico e tático, pelos russos em 1926¹⁶, estabeleceu que a destruição do inimigo só poderia ser obtida por uma campanha militar, cumulativa ou sequencial. Quase 50 (cinquenta) anos depois, devido ao crescimento do nível operacional, um esforço deliberado e consciente de atacar a coesão do inimigo ganhou vulto e foi chamada de manobra de aproximação (COUTAU-BÉGARIE, 2006; TILL, 2018).

No mar, a manobra de aproximação era traduzida pela configuração das forças organizadas e de suas capacidades de combate ligados à um propósito político. Surge então outra importância do controle do mar, que é a coordenação desse controle com as operações em terra para alcançar um propósito. Para obter e mantê-lo, a antiga ideia de Esquadra indivisível não era mais viável, nem uma simples divisão, era necessária o estabelecimento de uma força-tarefa com múltiplas capacidades (COUTAU-BÉGARIE, 2006; TILL, 2018).

Ou seja, ao realizar ataques aos territórios inimigos, as tarefas de uma Esquadra não se limitavam ao transporte de tropas apenas, são necessários apoios pela força organizada mais precisos, mais detalhados do que os apoios necessários à proteção do tráfego marítimo (CORBETT, 1911).

Outra evolução durante o século XX é a diferenciação entre os termos "comando no mar"¹⁷ e "controle do mar". O termo "comando no mar" trazia uma vantagem estratégica

¹⁶ A Rússia Soviética desenvolveu um pensamento original. O autor de maior importância é o General Alexander Svechin (Strategija, 1926, 1927; traduzida para o inglês em 1992), hoje reconhecida como um clássico (COUTAU-BÉGARIE, 2006, p.75).

¹⁷ Corbett utiliza o termo "comando no mar" em "*Some Principles of Maritime Strategy*". Foi utilizado "controle do mar" neste estudo por ser o mais utilizado na bibliografia contemporânea.

que denotava uma mística, um poderio naval que possibilitaria um Estado de utilizá-lo conforme suas necessidades e negar sua utilização ao inimigo.

Além disso, ocorre uma melhor diferenciação entre o controle do mar absoluto e o controle do mar relativo. As características que afastam o controle do mar absoluto e o aproximam do controle do mar relativo são: tempo; lugar; grau de utilização; consequência estratégica e necessidade. Tais características possibilitaram que marinhas mais fracas em termos de capacidade tecnológica e equipamentos também pudessem exercer o controle do mar conforme suas necessidades e ambições políticas (TILL, 2018).

O conceito de controle absoluto é potencialmente fadado a erros de interpretação, tanto no nível operacional quanto no nível estratégico e o controle permanente e geral dificilmente será estabelecido. Mesmo Mahan não teve a intenção explícita de defender um absolutismo no controle do mar, ainda que tenha sido interpretado desta forma (TILL, 2018).

Durante a Guerra Fria, os estadunidenses deixaram de usá-lo, reconhecendo as limitações do controle absoluto do mar diante das tecnologias e das novas plataformas de guerra do século XX (aviões e submarinos) (TILL, 2018).

Finalizando, verificamos que o “comando no mar” utilizado por Corbett, foi substituído por “controle do mar” nas estratégias navais em reconhecimento à relatividade e à dificuldade de dominar o mar em sua totalidade, em toda sua extensão.

Além disso, a passagem do nível tático, típico de uma força singular no mar, para um nível operacional e estratégico, permitiu ampliar a interoperabilidade e a importância da Marinha e a ela foram atribuídas tarefas que a afastou do combate naval clássico para diversas outras. Tarefas estas que vêm aumentando ainda mais no século XXI, como assistência humanitária, repressão ao tráfico de drogas, combate à pirataria e prevenção de crimes ambientais.

3.3 Controle do mar e o fim da Guerra Fria

Após a Guerra Fria, o conceito de controle do mar tornou-se mais realista, trouxe dois conceitos acessórios, “uso do mar” e “negação do mar”, e se aproximou de um viés mais político, conforme entendimento de Corbett, destacando o ponto central no qual o controle do mar não poderá ser o fim para uma estratégia naval, será um meio de se obter os objetivos estatais. Durante a Guerra Fria, a deterrência era utilizada para se obter e manter o controle do mar. Logo após seu término, as tarefas das marinhas generalizaram-se em tarefas mais diplomáticas e com caráter de assistência internacional (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

O grau de controle do mar continua sendo a tradução da capacidade de um poder naval de um Estado e suas tarefas já existentes antes e durante a Guerra Fria, pois permitirá exercer a presença e a projeção de poder, tendo o apoio às atividades terrestres a partir do litoral aumentado de importância para a segurança marítima. Por isso, muitos Estados começaram a demonstrar a preocupação com o controle do mar, ainda que limitado geograficamente, ampliando as suas capacidades navais, realizando exercícios e intercâmbios com Estados com mais experiência.

Com o fim da Guerra Fria, a necessidade de estabilidade na segurança marítima para a globalização e desenvolvimento econômico e comercial dos Estados demandou novas tarefas atreladas às áreas mais costeiras, ou seja, litoral, principalmente devido ao surgimento de novas disputas territoriais, aumento de ameaças de terrorismo e pirataria. Em consequência disso, uma das metas das estratégias marítimas após a Guerra Fria era achar o ponto de equilíbrio entre fazer frente às ameaças que estavam surgindo e projetar poder e influência por meio de capacidades militares, ou seja, uma busca entre a conquista, o exercício do controle

do mar e a negação do uso do mar *versus* apoio à forças em terra em conflitos de menor amplitude e contenção de crises próximas ao litoral (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

Segundo Till, (2018, p.80) "Corbett enfatizou que a estratégia necessita estar conscientemente relacionada à política externa". Por isso, o fim de um adversário nítido como era a ex-URSS, permitiu que a Marinha estadunidense ampliasse suas capacidades, sua parceria com as outras forças e fortalecesse sua importância no contexto atual de novas ameaças como a pirataria e o tráfico de drogas.

Após o fim da Guerra Fria, reduziu-se a importância de uma força organizada com capacidade de operar em "águas azuis" e cresceu a importância do controle do mar em "águas marrons", acarretando em transições na organização das forças navais que estavam voltadas para a batalha, para o exercício do controle do mar e o exercício de tarefas como combate à pirataria (TILL, 2018).

Cabe ressaltar, entretanto, que tanto para projeção de poder quanto para o controle do mar por meio das comunicações marítimas, os meios que compunham os grupos tarefas nucleados em navio aeródromos não deixaram de ser importantes para qualquer Estado, porque a possibilidade de um novo conflito não poderia ser descartada e estes meios garantiriam uma flexibilidade suficiente para a deterrência, exercendo um papel mais forte em apoio às relações internacionais e concomitantemente efetuar o controle do mar em prol das ações em terra, sejam elas contra forças organizadas de outros Estados, sejam elas contra outras ameaças (FRIEDMAN, 2001).

A necessidade de projeção de poder para combater novas ameaças aumentou a necessidade de integração das forças armadas para a realização de operações conjuntas, que também provocou uma mudança na Estratégia Naval. Nesse sentido, o conceito de controle

do mar conforme Corbett, proteção das linhas de comunicação voltava a ser relevante e subordinado às necessidades das ações em terra. (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

Portanto, após o fim da Guerra Fria e o aparecimento de novas ameaças, cujas novas características diferem das ameaças estatais, provocarão sensíveis mudanças nas estratégias navais e na forma de aplicar o controle do mar em todos os níveis da guerra. Assim novas configurações e novas tarefas serão necessários para adequar a Marinha à realidade do século XXI.

4 O CONTROLE DO MAR NAS ESTRATÉGIAS NAVAIS DOS EUA PÓS-GUERRA FRIA

Após a Guerra Fria, a globalização reforçou a necessidade de se atribuir novas funções às marinhas em uma nova ordem geopolítica, principalmente a dos EUA, com novas relações entre um poder naval global, a própria globalização e políticas liberais integradas (MONTEIRO, 2011; HAYNES, 2013).

Assim os EUA têm permanecido como a principal força naval por mais de um século. Como os oceanos se tornaram novos espaços para a existência do ser humano, sendo-lhes atribuído um novo significado econômico e político, podemos concluir que o século XXI é um século marítimo, no qual os EUA terão ainda maior importância do que no século anterior. A melhoria dos recursos do oceano, o desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao mar e a exploração de seus recursos significam capacidade de explorar e desenvolver a economia dos oceanos. Por isso é também sinônimo de controle do mar (ERICKSON; GOLDSTEIN; LI, 2010).

Na estratégia marítima pós-Guerra Fria, os EUA deixaram de visualizar a ex-URSS como adversário principal e começaram a considerar adversários não identificados. Em um período de incerteza e globalização, os EUA assumiram o compromisso com a segurança global, sem contudo deixar de perseguir seus interesses em alinhamento com outros Estados (ERICKSON; GOLDSTEIN; LI, 2010).

A Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais estão mudando em decorrência dos desafios de um novo conceito de segurança. A mudança no perfil estratégico significa que as Forças Navais se concentrarão na guerra costeira e manobras a partir do mar. Manobras a partir do mar, taticamente equivalente à guerra terrestre, provê um potente instrumento de combate para o Comando Conjunto -

um instrumento que é literalmente a chave para o sucesso em muitos ambientes de contingências (EUA, 1992, Tradução Nossa).¹⁸

Para os estadunidenses, qualquer ameaça aos EUA de assegurar uma livre segurança no comércio marítimo era considerada passível de afetar o seu desenvolvimento e dos aliados, independentemente se a ameaça também interessava-se em crescimento econômico e estabilidade (HAYNES, 2013).

O conhecimento e a percepção das principais mudanças das estratégias estadunidenses pós-Guerra Fria¹⁹ em relação às anteriores possibilitarão identificar novas análises do conceito do controle do mar e da sua aplicação em um mundo globalizado. Considera-se que os marcos principais foram: a estratégia naval que insere a marinha operando a partir do mar em prol das operações conjuntas; a estratégia naval que relaciona a marinha como força expedicionária e instrumento de política externa e por último a estratégia naval que introduz a cooperação e uma nova tarefa: a segurança marítima.

4.1 As estratégias navais ...*From The Sea e Forward...From The Sea*

Com o fim da ex-URSS, a ameaça iminente e global não existia mais. Desta forma, as forças navais estadunidenses que eram configuradas para mares abertos, uma estratégia de “águas azuis” para combater uma força de grandeza similar como a soviética,

¹⁸ *The Navy and Marine Corps Team is changing in response to The challenges of a new security environment. The shift in strategic landscape means that Naval Forces will concentrate on littoral warfare and maneuver from the sea. Maneuver from the sea, the tactical equivalent of maneuver warfare on land, provides a potent warfighting tool to the Joint Task Force Commander--a tool that is literally the key to success in many likely contingency scenarios* (EUA, 1992).

¹⁹ A Marinha estadunidense emitiu 10 estratégias navais após o fim da Guerra Fria até 2010: *"The Way Ahead"* (1990); *"...From The Sea"* (1991-1992); *"Forward...From The Sea"* (1993-1994); *"2020 Vision"* (1995-1996); *"Anytime, Anywhere"* (1996-1997); *The Navy Planning Planning Guidance* (1998-2000); *Sea Power 21* (2000-2004); *"The 3/1 Strategy"* (2005); *The 1000-Ship Navy* (2005-2006) e *"A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower"* (2007). Foram analisadas as estratégias de maior relevância para a elaboração do estudo.

tiveram que se reconfigurar para tarefas de projeção do poder a partir do mar e influenciar acontecimentos no litoral e em terra (BAUS, 1996).

Sem ameaças globais, o congresso e o Departamento de Defesa dos EUA buscaram a otimização dos gastos militares. Surgiu então o termo *jointness*, ou seja operações conjuntas. Ainda que muitos estrategistas acreditassem que este era o caminho correto, os comandantes de operações navais ainda permaneciam assumindo um papel operacional, muito limitado, ainda decorrente da reorganização promovida pela *Goldwater-Nichols Defense*²⁰, quando a Marinha ficou muito limitada para influenciar a estratégia de defesa. Eles acreditavam que suas responsabilidades se limitavam ao material, adestramento e organização, se desvencilhando da responsabilidade de atrelar a estratégia às suas tarefas (HAYNES, 2013).

Dois anos depois, na Guerra do Golfo (1990-1991), quando as ações estadunidenses foram justificadas em prol da defesa da soberania, direitos humanos e da boa ordem global, incitando a alteração no eixo da estratégia de defesa dos EUA para as ameaças regionais, evidenciava-se a necessidade de reformulação de prioridade para a projeção de poder e forças expedicionárias (HAYNES, 2013).

Para a Força Aérea e para o Exército, esta alteração no eixo da estratégia de defesa reafirmou suas importâncias, muito diminuídas após o término da Guerra Fria. Entretanto, para a Marinha, significou que suas atividades eram somente atividades de apoio às atividades em terra. Para ela, o grande desafio era mudar seu *status* de apoiadora para outra de maior relevância (HAYNES, 2013).

²⁰ Lei Goldwater-Nichols de Reorganização da Defesa, de 1986 – elaboradas pelos senadores Barry Goldwater (republicano) e William Flynt Nichols (democrata). Dispositivos legais que significaram o fim da independência das Forças singulares, isto é, Exército, Marinha, Aeronáutica e Marines (fuzileiros navais), fortalecendo o papel do Estado-Maior Conjunto (CORDEIRO, LOURENÇÃO, 2016, p.106).

Além das críticas sofridas na Guerra do Golfo por sua baixa eficiência nos ataques aéreos e nas deficiências de comunicação, pouco fez a marinha para mudar a idéia de quem venceu a guerra foram o Exército; os Fuzileiros Navais e a Força Aérea (HAYNES, 2013).

No entanto, a operação *Desert Storm* trouxe um benefício para a Marinha, pois “acordou” os EUA para a existência de um nova relação entre Estados e as novas ameaças, reformulando a estratégia da Guerra Fria para uma estratégia de cooperação e uma nova política externa. Derivada dela, na estratégia naval duas vertentes tomaram forma: a primeira, evitar a guerra por meio da presença naval, também entendida como diplomacia naval; a segunda, capacidade de combater e prover respostas rápidas com navios e manobras operacionais de Fuzileiros Navais que se projetam do mar para vencer a guerra. Neste contexto, a importância do controle do mar iria permitir o esforço logístico e operacional integrado e conjunto para executar uma operação e negar ao inimigo a capacidade de interferir, utilizar o mar ou a costa segundo os interesses do Estado (DORMAN; SMITH; UTTLEY, 1999).

Além disso, a globalização se expandiu e cresceu também a responsabilidade dos EUA. A marinha necessitava rever suas tarefas reestruturando sua força naval com vistas à tarefas mais relacionadas às atividades diplomáticas do que uma batalha naval clássica (HAYNES, 2013).

Assim, dois documentos foram emitidos pela Marinha, reconhecendo a extinção da ex-URSS e o fim da Guerra Fria, conduzindo a estratégia naval a uma nova ordem internacional: o primeiro lançado em 1992 intitulado “... *From The Sea*”²¹ e o “*Forward...*

²¹ Não serão utilizados os títulos das estratégias traduzidos para melhor entendimento. Entretanto, suas traduções são: “...*From The Sea*” (1991-1992) - ...*A partir do mar*”; “*Forward...From The Sea*” - “*Avançado...a partir do mar*” (1993-1994) e “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* (2007) - Uma estratégia cooperativa para o poder naval do século XXI.

From The Sea” lançado em 1995, respectivamente²². Eles mudaram as prioridades das operações para uma área mais próxima do litoral em todas as regiões do mundo e mudaram a forma de analisar as ameaças, que não existiam mais em escala global e sim regional (BAUS, 1996).

Desde o “...*From The Sea*”, a primeira estratégia naval estadunidense pós-Guerra Fria, a marinha apoiaria sua relevância na capacidade de apoiar as operações conjuntas, ou seja, justificava suas atividades combatendo novas ameaças e forças regionais em operações com outras forças (HAYNES, 2013).

Com a experiência adquirida na Guerra do Golfo, a marinha preocupada em aumentar a sua importância e obter mais recursos, não pôde se abster de definir como poderia ser utilizada nas operações conjuntas adaptando suas tarefas da Guerra Fria para novas tarefas pós-Guerra Fria, percebendo ainda a importância política que era dispensada a estas operações e aproximando sua relação com outras forças, buscando, sobretudo, a importância do mar (e seu controle) para se atingir os propósitos estratégicos definidos no nível político.

A diferença entre o “*Forward...From The Sea*” e o “...*From The Sea*” reside principalmente no nível de abordagem de cada documento. Enquanto o “...*From The Sea*” confere um nivelamento mais tático, o “*Forward...From The Sea*” dá um enfoque mais global, decorrente principalmente dos objetivos políticos estabelecidos na Estratégia Nacional de Defesa: economia forte; fortalecimento da democracia e livre comércio (STEPHEN, 1997).

Forward ...From The Sea expede estas contribuições navais à nossa segurança nacional. Fundamentalmente, nossas forças navais são designadas para lutar e vencer guerras. Nossas mais recentes experiências, contudo, enfatizaram a premissa de que a função mais importante das forças navais em situações

²² Geoffrey Till relaciona as seguintes operações “a partir do mar” e as relaciona conforme missões competitivas ou colaborativas. As competitivas são operações anfíbias; manobra operacional a partir do mar; outras formas de ataque a terra provenientes do mar e defesa costeira. Suas respectivas correspondências colaborativas são: operações expedicionárias; formulação de capacidade marítima; operações humanitárias e reposta a desastres. Não há correspondência para defesa costeira (TILL, 2018, p.250, Tradução Nossa).

próximas a guerra são empregadas em áreas distantes, com o objetivo de prevenir conflitos e controlar crises (EUA, 1994, p.1, Tradução Nossa)²³.

“...*From The Sea*” define inicialmente uma visão conjunta entre a Marinha e os Fuzileiros Navais estadunidenses, muda o eixo pós-Guerra Fria para operações conjuntas e define a prioridade na guerra costeira alterando as operações “no mar” para “a partir do mar”. Adicionalmente, o “*Forward...From The Sea*” apresenta uma relação entre o nível operacional e o contexto político globalizado na qual a Marinha está inserida, apresentando as vantagens de se possuir e manter uma força avançada em todas as dimensões do mar.

Em síntese, os conceitos de controle do mar para apoiar as atividades em terra e as teorias que os apóiam do início do século XX permanecem válidos no início do século XXI (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

Com essas estratégias, a Marinha teve como objetivo demonstrar a relevância do mar e seu controle em tempo de guerra e em tempo de paz, de forma a estar capacitada para projetar poder e influência, utilizar a deterrence e prevenir conflitos em nome do Estado, assumindo uma posição protagonista nas operações conjuntas e o principal vetor da política externa Estadunidense.

4.2 A estratégia naval *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*

De uma forma geral, nos EUA, no final do século XX, a prioridade era uma doutrina com ênfase em um maior engajamento no processo de paz, priorizando as tarefas relacionadas a diplomacia naval e apoiar as operações em terra, porém, sem relegar a

²³ *Forward ...From The Sea addresses these naval contributions to our national security. Most fundamentally, our naval forces are designed to fight and win wars. Our most recent experiences, however, underscore the premise that the most important role of naval forces in situations short of war is to be engaged in forward areas, with the objectives of preventing conflicts and controlling crises (EUA, 1994).*

esquadra preparada para o combate, importantíssima para um período de grandes guerras como foi o século XX, mas que subestimou suas capacidades além da batalha no mar (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

O ano de 2007 representou o marco principal da mudança na estratégia estadunidense, quando foi lançado o documento intitulado “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*”. Sua importância reside no fato dos EUA redefinir seus interesses vitais e a relação do poder naval com estes interesses. Primordialmente, o eixo principal da mudança se apoia na forma como as ameaças são vistas, ou seja, não mais ao território do Estado de forma isolada, mas relacionado à fatores econômicos e políticos em todo o Sistema Internacional (SI)²⁴ (MONTEIRO, 2011).

Com esse documento a Marinha estadunidense insere todos as forças marítimas (Guarda Costeira, Fuzileiros Navais e Marinha) em uma única tarefa de proteger o sistema econômico que interessa ao EUA, liderando-o e atuando em todas as partes do globo para influenciar politicamente, economicamente e comercialmente em prol da prosperidade do Estado (HAYNES, 2013).

Ademais, nas estratégias anteriores é realizada uma análise das tarefas da marinha estadunidense e o ponto de equilíbrio a ser alcançado entre uma força preparada para o combate e uma força preparada para manter a paz e a estabilidade mundial. Para o alcance dessa estabilidade, a estratégia “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*” apresenta uma nova tarefa: a segurança marítima (MONTEIRO, 2011).

Outra grande diferença que a estratégia “*A Cooperativa Strategy for 21st Century Seapower*” inclui em 2007 é o termo “cooperação”, que pode ser analisado internamente e

²⁴ Sistema Internacional - Espaço no qual ocorrem as interações sociais, outros termos que podem ser indicados como sinônimos de SI são cenário e ambiente (PECEQUILO, 2012, p.19-20).

externamente. No âmbito interno a estratégia em lide se aplica às três forças marítimas - Marinha, Fuzileiros Navais e Guarda Costeira, incorporando também ideias de militares, funcionários civis do governo e acadêmicos. Externamente, conclama uma “parceria marítima global” para somar as capacidades, necessidades e interesses em uma segurança coletiva, utilizando a estratégia marítima muito além de um conflito (ERICKSON; GOLDSTEIN; LI, 2010).

Novamente, nas estratégias pós-Guerra Fria o conceito de controle do mar diminuiu a importância do combate clássico, entre Estados, e aumentou a importância dos controles das comunicações marítimas.

Além disso, é importante notar que a estratégia marítima de 2007 se referia ao SI como multipolar e que cooperação e o reconhecimento das limitações reflete o sentido “corbettiano” da estratégia naval (ERICSON; GOLDSTEIN; LI, 2010).

Esta estratégia enfatiza a aproximação que integrará o poder naval com outros elementos nacionais do poder, assim como nossos amigos e aliados. Ela descreve como o poder naval será aplicado ao redor do mundo para proteger nosso modo de viver, conforme nos aliamos à outras nações com o mesmo pensamento para proteger e apoiar o sistema global, interconectado em que prosperamos. (EUA, 2007, p. 1, tradução nossa).²⁵

Finalizando, a importância estratégica de 2007 pode se resumir a dois termos principais: cooperação e multilateralismo. E uma nova tarefa: segurança Marítima. Isto não quer dizer que as tarefas de projeção de poder e controle do mar tenham sido relegadas, pelo contrário, são fundamentais e interligadas. Os EUA, como líderes da globalização em andamento objetivavam firmar acordos e parcerias para somar as capacidades militares e manter a estabilidade e segurança necessária à liberdade de navegação e contínuo fluxo de materiais pelas comunicações marítimas.

²⁵ *This strategy stresses an approach that integrates seapower with other elements of national power, as well as those of our friends and allies. It describes how seapower will be applied around the world to protect our way of life, as we join with other like-minded nations to protect and sustain the global, inter-connected system through which we prosper* (EUA, 2007, p. 37).

5 A INFLUÊNCIA DE CORBETT NAS ESTRATÉGIAS NAVAIS DOS EUA PÓS-GUERRA FRIA

Após 100 (cem) anos do lançamento da principal obra de Corbett, as marinhas de todo o mundo enfrentam desafios e possuem tarefas bem diferentes daquelas quando o livro foi escrito. Terrorismo, armamento nuclear e inimigos não-estatais não eram termos comuns.

A despeito disso, *Some Principles of Maritime Strategy* fornece recursos para entendermos as marinhas do século XXI, principalmente ao definir que a guerra no mar deve atender aos propósitos políticos e que sua finalidade está na terra e não no mar (CORBETT, 1911).

Corbett definiu uma teoria, que influenciou estudiosos e militares, fornecendo às marinhas instrumentos para formulação de sua estratégia, que implicaram na configuração de suas esquadras e no balanceamento entre meios, em tempo de paz e de guerra (WIDEN, 2012).

Analisando sucintamente a Guerra Fria, percebemos que os objetivos políticos, as consequências na estratégia naval e o conceito de controle do mar variaram de acordo com as tensões e as crises entre EUA e a ex-URSS, por isto a prioridade na preparação de uma esquadra variou entre a batalha e o controle das comunicações marítimas e não caracterizou uma estratégia totalmente “mahaniana” ou “corbettiana”.

Por outro lado, a possibilidade de ocorrerem batalhas decisivas em uma distância mais afastada dos mares territoriais se tornou mais remota. Por isto, o primeiro entendimento após a Guerra Fria é que o controle do mar é mais similar aos preceitos de Corbett, principalmente devido a estratégia naval clássica ter dado lugar a uma nova estratégia marítima em apoio as relações internacionais, objetivos estratégicos e assistência

internacional pós-Guerra Fria.

Sem inimigos estatais claros, a marinha estadunidense necessitava dar a resposta para a seguinte questão: Havia alguma tarefa importante que a marinha pudesse ser eficientemente utilizada? (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

Para responder essa questão, no período pós-Guerra Fria, foram expedidas estratégias que se aproximaram da teoria de Corbett: políticas que visavam as operações conjuntas e uma cooperação na segurança marítima, liderada pelas forças armadas estadunidenses. Assim, correlacionaremos as estratégias “...*From The Sea*”; “*Forward...From The Sea*” e a “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*” aos princípios de Corbett para identificarmos a aderência de sua teoria a estas estratégias.

5.1 A estratégia naval ...*From The Sea* e os conceitos de Corbett

Corbett não foi o pensador mais utilizado nas estratégias navais estadunidenses até a Segunda Guerra Mundial. Mahan ainda era o estrategista que embasava o pensamento estadunidense, no qual o controle do mar era conquistado pela derrota da esquadra inimiga (STEPHEN, 1997).

Esta tendência mudou após o fim da ex-URSS, a principal tarefa da Marinha dos EUA migrou do controle dos mares para uma manutenção da estabilidade, apoio às operações internacionais, evitando crises ou conflitos regionais, e projeção de poder, obtidas por meio de diplomacia externa e operações conjuntas (BAUS, 1996).

Logo, a influência de Corbett nesta estratégia ocorre inicialmente na tarefa da marinha relativa a estabilidade mundial, ou seja, instrumento político em tempo de paz. Sua capacidade militar e de combater tornou-se secundária frente ao lado diplomático do poder

naval para o qual surgiam desafios e oportunidades em períodos incertos em áreas críticas e de interesse nacionais (EUA, 1992; VIDIGAL, 1999).

Como essa estratégia é posterior a Guerra do Golfo, na qual a Marinha saiu desvalorizada, ela também busca inserir a marinha no conceito de operações conjuntas e a se reinventar, transformando-se no principal instrumento deste tipo de operações e de dissuasão, em conjunto com os Fuzileiros Navais, fazendo a junção do poder naval com o poder terrestre, um conceito muito defendido por Corbett.

Outra influência de Corbett é a mudança do eixo de preparação das forças para uma guerra litorânea, se aproximando do conceito de guerra limitada, na qual o inimigo é mais fraco e pode se obter de vantagens estratégicas ao evitar a luta ou escolher um melhor momento para lutar.

Nossa capacidade em comandar os mares em áreas onde nós antecipamos operações futuras permitem nos redimensionar nossas forças navais e nos concentrarmos mais nas capacidades necessárias ao complexo ambiente operacional do litoral e linhas de costa da Terra. Com o fim da União Soviética, as nações livres do mundo clamam um controle dos mares preeminente e garantia da liberdade das rotas marítimas comerciais. [...] Nós devemos estruturar uma força fundamentalmente diferente para responder às demanda estratégicas, e esta nova força deve ser suficiente flexível e poderosa para satisfazer as exigências duradouras para a segurança nacional (EUA, 1992, n.p. Tradução Nossa)²⁶

Outro ponto significativo em “...*From The Sea*” é a projeção de poder a partir do mar, para o qual o controle do mar será necessário (FRIEDMAN, 2001).

Correlacionando a projeção de poder a partir do mar com o controle do mar segundo Corbett, verificamos que a garantia das comunicações marítimas para fins militares é fundamental para o sucesso das operações conjuntas, sem a qual a projeção de poder não teria

²⁶ Our ability to command the seas in areas where we anticipate future operations allows us to resize our naval forces and to concentrate more on capabilities required in the complex operating environment of the "littoral" or coastlines of the earth. With the demise of the Soviet Union, the free nations of the world claim preeminent control of the seas and ensure freedom of commercial maritime passage. [...] We must structure a fundamentally different naval force to respond to strategic demands, and that new force must be sufficiently flexible and powerful to satisfy enduring national security requirements (EUA, 1992).

sucesso. Assim como está entendido no conceito de operações conjuntas e no entendimento de Corbett, não havia uma separação do poder terrestre do poder marítimo, as operações no território são cada vez mais dependentes e interligados às operações que ocorrem no mar.

Na Guerra do Golfo, em 1991, as forças navais, com um Grupo-Tarefa de navios nucleado em um navio-aeródromo que estava em Oman, chegou ao Teatro de Operações uma hora após a invasão do Iraque ao Kuwait, e, com o seu apoio logístico próprio, apresentou uma rápida resposta aos iraquianos. Além disso, o embargo econômico ao Iraque foi realizado por forças navais e patrulha aérea marítima (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

Ainda na Guerra do Golfo, podemos citar as principais tarefas foram o controle do mar e a segurança nas linha de comunicação, importantíssimos, pois, pessoal e 95% do material necessário para o apoio logístico vinham pelo mar (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

Por estas mudanças, entende-se que “...*From The Sea*” adere a Corbett pelo próprio conceito de controle do mar, por objetivar o controle do mar, por negar ao inimigo ainda não identificado a utilização das linhas de comunicações marítimas para desestabilizar a segurança marítima; por configurar que as operações no mar em prol das operações em terra também fornece um "sentido corbettiano” de controle do mar e que a guerra litorânea é uma guerra tipicamente limitada.

Concluindo, verificamos que as aderências do conceito de controle do mar, prescrito na teoria de Corbett na estratégia “...*From The Sea*” derivam das seguintes mudanças: prioridade da preparação de uma força naval para a guerra litorânea; projeção de poder; e operações conjuntas. Porém, ainda que esta aderência tenha ocorrido, não podemos chamá-la de uma estratégia tipicamente “corbettiana” por considerar que ainda é uma

estratégia em fase de transição para um sistema globalizado e que alguns aspectos das estratégias da Guerra Fria ainda foram conservados.

5.2 A estratégia naval *Forward...From The Sea* e os conceitos de Corbett

A estratégia “*Forward...From The Sea*” deixa alguns elementos mais claros em relação à anterior, principalmente ao assumir que o poder naval não é suficiente, e que o poder militar decisivo será produzido pela combinação das capacidades e recursos de todas as forças (VIDIGAL, 1999).

Outra diferença relevante refere-se ao emprego político do poder naval, principalmente o emprego em apoio a política externa, pois relaciona-o de forma mais forte à sua capacidade de prover estabilidade e fortalecer as organizações internacionais (VIDIGAL, 1999).

Assim, a principal relação entre Corbett e a estratégia “*Forward...From The Sea*” é a utilização do poder naval como instrumento da política externa, ou seja, diplomacia naval, que não deve se considerar apenas como a presença em áreas de conflito, mas também a utilização da marinha para a manutenção da segurança das comunicações marítimas. Por esse motivo foi incluída o termo *Forward* nesta estratégia, ou seja, “expedicionária”, adotada devido à utilização de forças navais em pontos mais distantes.

Retomando Corbett, verificamos a importância do objetivo político, sendo que a guerra é um instrumento para se atingir um fim, o Estado e suas forças devem sempre ter em mente o fim a que se destina (CORBETT, 1911).

Assim, a Marinha complementa a estratégia de 1992, reconhecendo que novas ameaças e poderes regionais podem afetar seus interesses e de seus aliados. Por isso as forças

militares deverão estar aptas para proteger os interesses vitais e impor uma força militar decisiva. No que se refere a política externa estadunidense, as forças navais eram indispensáveis e um instrumento excepcional.

Além disso, a Marinha desenvolveu o conceito de interoperabilidade²⁷, importante para sua participação em coalisões e forças multinacionais para evitar crises (EUA, 1994).

“Forward...From The Sea” aborda essas contribuições navais para nossa segurança nacional. Mais fundamentalmente, nossas forças navais são projetadas para lutar e vencer guerras. Nossas experiências mais recentes, no entanto, ressaltam a premissa de que o papel mais importante das forças navais em situações aquém da guerra é estar engajado em áreas avançadas, com os objetivos de prevenir conflitos e controlar crises. (EUA, 1994, p.1, Tradução Nossa)²⁸

A interação da estratégia *“Forward...From The Sea”* com os princípios de Corbett não se reflete exatamente no conceito de controle do mar, mas no somatório da utilização do controle do mar e da esquadra como instrumento político. Ou seja, neste estratégia houve uma forma mais abrangente de utilizar a marinha, relacionando o controle do mar à política externa e à economia, não se restringindo ao aspecto apenas militar; mas à diplomacia naval de forma a evitar conflitos ou combatê-los o mais rápido possível e também como a principal base para a interoperabilidade, aumentando a liderança estadunidense e sua projeção de poder no cenário global.

Outro aspecto relacionado a esta estratégia é o princípio estratégico da economia de forças de Corbett, pois “divide” a Esquadra para cobrir a maior superfície possível com flexibilidade entre a estabilidade; controle das comunicações marítimas e tarefas relacionadas a um combate naval clássico, se utilizando de todos os valores positivos do controle do mar: político, econômico e militar.

²⁷ Capacidade de operar em consonância com Estados aliados ou amigos (EUA, 1994, p.3).

²⁸ *FORWARD ...FROM THE SEA* addresses these naval contributions to our national security. Most fundamentally, our naval forces are designed to fight and win wars. Our most recent experiences, however, underscore the premise that the most important role of naval forces in situations short of war is to be engaged in forward areas, with the objectives of preventing conflicts and controlling crises (EUA, 1994).

Apesar de “*Forward...From The Sea*” não trazer tantas novidades quanto “...*From The Sea*”, ela lembrou que a função da marinha é transitória e não era somente o combate em “águas azuis” (FRIEDMAN, 2001; VIDIGAL 1999).

Assim, ainda que já estabelecida na estratégia anterior, os escritos de Corbett relacionados à diplomacia naval, são mais veementes e deixam claro o apoio ao esforço diplomático de evitar possíveis conflitos com inimigos que também não são identificados, complementando a forma de visualizar o controle do mar e as tarefas da Marinha para as operações conjuntas; para a interoperabilidade; para a política; para a economia externa; e para combater ameaças não identificadas.

5.3 A estratégia naval *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* e os conceitos de Corbett

Após a Guerra Fria a utilidade da Marinha não foi mensurada pelo seu tamanho, mas pelas missões que ela poderia realizar (DORMAN; SMITH ; UTTLEY, 1999).

A estratégia “...*From The Sea*” mudou o eixo central das estratégias navais existentes na Guerra Fria de “no mar” para a “a partir do mar” priorizando as operações conjuntas; a estratégia “*Forward...From The Sea*” adicionou o conceito de Força Avançada, conferindo à diplomacia naval um instrumento de política externa. Em 2007, ainda alinhada com as estratégias anteriores, *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*, como escrito no próprio título adicionou a “cooperação” como forma de se atingir os propósitos da Marinha estadunidense.

A cooperação teve um caráter interno, ao incluir a Guarda Costeira estadunidense e externa ao estabelecer parcerias com Estados aliados e amigos, tornando-se os atores

principais desta estratégia.

A permanência das forças conjuntas, avançadas, a partir do mar, evitando ameaças ao comércio marítimo e novas ameaças não significa que os atores estatais clássicos poderiam ser negligenciados, mas sua importância também já não era tão grande quanto Corbett e Mahan atribuíam (TILL, 2018).

A cooperação marítima refletida nas Forças Navais expedicionárias, ao realizarem ações de presença, evita o comprometimento da estabilidade, e ainda, sinaliza interesses em uma determinada região, que passa a ser monitorada e acompanhada para o desenvolvimento de uma política marítima. Tal cooperação varia desde visita a portos a operações combinadas influenciando as sociedades que dependem da segurança marítima (TILL, 2018).

Logo, na introdução desta estratégia, ao relacionarmos a segurança marítima, nova tarefa atribuída à marinha estadunidense, fica evidente a ligação do poder naval com os outros elementos do poder nacional estadunidense e também com os anseios da sociedade, que foi inserida na discussão da melhor forma de utilizar suas forças marítimas. Nela define-se que “prevenir a guerra é tão importante quanto ganhar a guerra” (EUA, 2007, p.1).

Ao relacionarmos Corbett e os novos conceitos trazidos pela “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*”, verificamos dois aspectos semelhantes à anterior: a utilização da Marinha como instrumento político e a diplomacia naval e o controle do mar para apoiar os acontecimentos em terra. Porém, a cooperação, que significa a capacidade de cobrir a maior superfície possível, a flexibilidade e a reunião rápida à um centro estratégico é algo que podemos considerar como uma grande diferença em relação à anterior. A cooperação com Estados aliados permitiu ampliar o controle do mar e prover maior segurança às comunicações marítimas.

Seguindo o entendimento de Corbett, a concentração de uma força não pode ser

homogênea, deve ser um organismo composto, controlado por um centro comum, permitindo a maior dispersão possível, sem comprometer o apoio mútuo. Ao definir um mundo multipolar na estratégia, os EUA desfazem a idéia de homogeneidade e se coloca em uma posição de centro comum na qual a maior dispersão possível ocorrerá com o apoio mútuo entre suas forças e as demais forças regionais estatais contra as novas ameaças.

Nessa estratégia, é definido que o controle do mar não será possível por um único Estado, logo, as parcerias são necessárias e inevitáveis. Correlacionando à Corbett, podemos verificar que as parcerias permitiam a maximização das capacidade das forças para atingir o propósito comum, que era o controle dos mares e ainda defender o risco de se deixar a costa e as linha de comunicações desprotegidas, que reflete a segurança marítima, tarefa da Marinha adicionada nesta última estratégia (EUA, 2007).

Finalizando, nesta estratégia, similarmente as estratégias anteriores, os conceitos de Corbett se traduzem na correlação entre a Marinha e os objetivos políticos e estratégicos estadunidenses. Porém a grande diferença é que estes objetivos políticos são bem mais amplos e muito mais relacionados aos objetivos econômicos e de prosperidade trazidos pela globalização, na qual a segurança marítima é fundamental para alcançá-los. Por isto a combinação dos esforços de todas as forças marítimas em uma só estratégia para atingir um propósito além do território estadunidense e a combinação de esforços de todos os Estados aliados para garantir a segurança marítima permitem aos EUA se prevenirem ou se preparar em para a guerra em qualquer escala e contra qualquer ator, justificando os dois axiomas principais de Clausewitz utilizados por Corbett na transcrição da estratégia terrestre para a guerra marítima: a guerra como continuidade da política e a ideia de que todas as guerra são diferentes.

Por fim, apesar das estratégias “...*From The Sea*”, “*Forward...From The Sea*”

e a "*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*" possuírem muitos conceitos "corbettianos" aplicáveis, classificá-las como "corbettiana" é simplesmente desconsiderar a complementaridade características dos pensamentos e legados de outros grandes estrategistas navais clássicos como Mahan e seus legados às formulações das estratégias contemporâneas, sejam elas, aplicadas durante ou após a Guerra Fria.

Percebemos tendências para um ou outro pensador em alguns pontos, variando de acordo com as condições políticas, diplomáticas e crises existentes, transitórias e mutáveis, sem contudo ser uma estratégia "corbettiana".

Finalizando, o diagrama esquemático abaixo facilitará a visualização das principais aderências da teoria de Corbett em cada estratégia. Ressalta-se que todas as influências derivadas de Corbett são comuns às três estratégias em menor grau ou maior grau. Todas elas derivam da relação entre a política e a guerra conforme estabelecido por Clausewitz, que permitirá compreender que o controle do mar é a capacidade de utilizá-lo e é o principal objetivo da guerra e todos os esforços devem ser voltados para assegurá-lo.

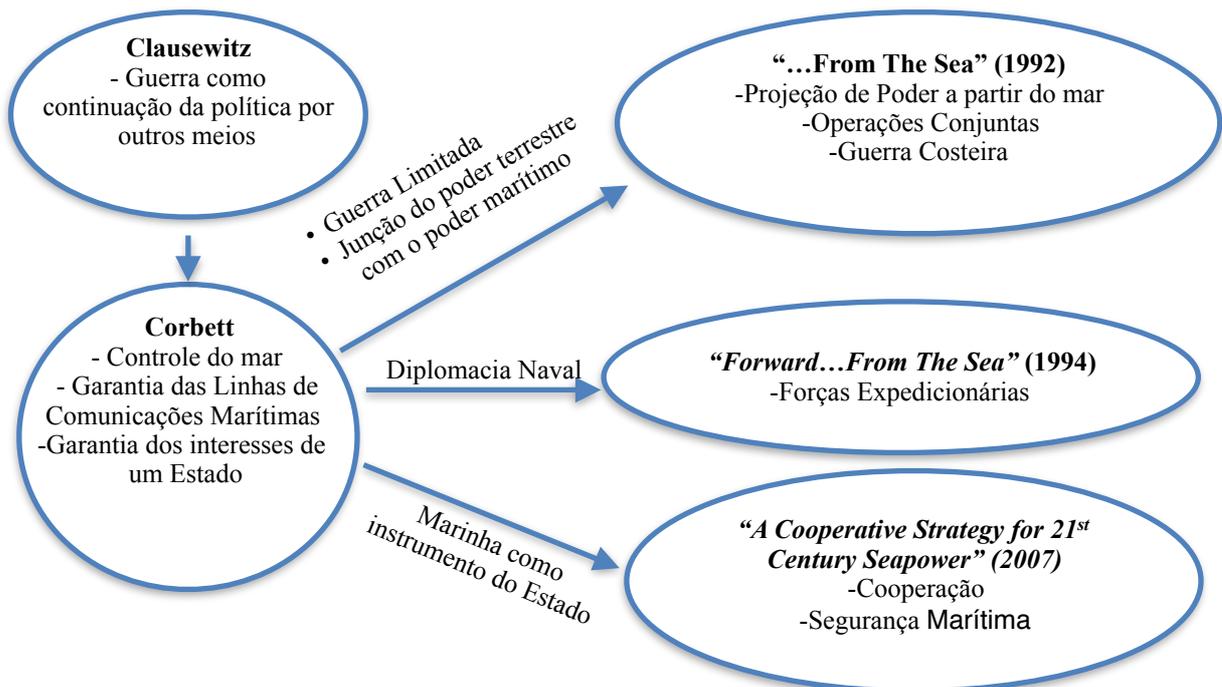


Figura 1 - Corbett e as estratégias navais estadunidenses pós-Guerra Fria

6 CONCLUSÃO

Por Corbett não ser um militar e por ter visualizado a importância da marinha no contexto político, considerou-se que era um estrategista naval clássico que merecia ser analisado no período pós-Guerra Fria.

Também no período, os EUA e suas respectivas estratégias navais pós-Guerra Fria possibilitaram que visualizássemos as características do controle do mar no início do século XXI, suas evoluções e aplicações em um período de mudanças do SI.

Nesse contexto geopolítico, o comércio marítimo e as comunicações marítimas também possuem uma grande relevância, nos quais, a teoria de Corbett permite relacionar: o mar; a guerra naval e a estratégia marítima aos demais objetivos estatais, além do tipicamente militar.

Seguindo essa relação, para elucidar a relevância de controlar o mar e porque negá-lo ao inimigo foram utilizados os dois axiomas principais de Clausewitz, e a partir deles realizada a transcrição da guerra terrestre para a guerra marítima. Por isso, para Corbett, no mar, a guerra como continuidade da política e a ideia de que todas as guerras eram diferentes também eram axiomas válidos.

Adicionalmente, ao desenvolver uma estratégia marítima mais ampla, Corbett relacionou o controle do mar e a capacidade de utilização das comunicações marítimas para fins políticos, militares e comerciais de um Estado; desenvolveu o conceito de guerra limitada e a importância dos objetivos estratégicos; e posicionou a diplomacia naval como instrumento político.

Assim, sua teoria retornou mais proeminente com colapso da ex-URSS e o surgimento das novas ameaças. As estratégias navais dos EUA foram reavaliadas, assim como

o “papel” da marinha e como utilizar o controlar o mar. Daí surgiram novas tarefas que adequaram a marinha estadunidense às novas ameaças, como terrorismo, pirataria e conflitos regionais.

Em busca desta adequação, as estratégias “...*From The Sea*”; “*Forward...From The Sea*” e “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*” foram emitidas e consideradas neste trabalho como as que ofereceram as mudanças mais relevantes para a marinha estadunidense. Por isto, foram realizadas correlações aos princípios de Corbett para identificarmos a aderência de sua teoria a estas estratégias.

Interligando os capítulos 2, 3 e 4, que analisam a teoria de Corbett, a Guerra Fria e as estratégias pós-Guerra Fria, podemos verificar em que pontos das estratégias ocorreram aderências à Corbett.

Na estratégia “...*From The Sea*” ao estabelecer o controle do mar e sua capacidade de projetar poder e influência por meio de operações conjuntas, negou-se ao inimigo a utilização das linhas de comunicações marítimas para desestabilizar a segurança marítima e associou as operações no mar em prol das operações em terra, refletindo o “sentido corbettiano” de controle do mar, guerra limitada e junção do poder terrestre ao poder marítimo.

Na estratégia “*Forward...From The Sea*”, a Marinha foi utilizada como instrumento da política externa estadunidense, ou seja, diplomacia naval, em pontos mais distantes, complementando o conceito de controle do mar na estratégia “...*From The Sea*”. E ao categorizar as forças navais como expedicionárias e instrumento político das forças navais refletiu o sentido “corbettiano” desta estratégia.

Por último, na “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*” os conceitos de Corbett se evidenciaram na correlação entre a marinha e os objetivos políticos e

estratégicos estadunidenses de forma mais ampla e mais relacionada aos objetivos econômicos da globalização, na qual a segurança marítima era um requisito básico para alcançá-los; englobando também outros conceitos já desenvolvidos nas estratégias anteriores no período pós-Guerra Fria e que também aderiram a teoria de Corbett e seu conceito de controle do mar, tais como: guerra limitada; diplomacia naval; junção do poder terrestre com o marítimo e marinha como instrumento do Estado.

Assim, após analisar as estratégias navais dos EUA a partir do fim da Guerra Fria até 2010 e verificar se o conceito de controle do mar de Corbett teve validade e aderência à estas estratégias após a Guerra Fria, chegamos a conclusão de que o conceito de controle do mar e outros conceitos associados à este controle foram aderidos.

Entretanto, a pesquisa bibliográfica, o estudo efetuado e análise das teorias de Corbett e preceitos de Mahan permite afirmar que, apesar de identificarmos várias influências, não há argumentos objetivos para classificá-la como “corbettiana”, pois as formulações estratégicas navais são resultados das experiências de diversos pensadores.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Escola de Guerra Naval. *EGN: Noções de Estratégia Naval*. Rio de Janeiro, RJ, 2004. 148 p.
- _____. Ministério da defesa. *Glossário das Forças Armadas- MD35-G-01*. Brasília, DF, 2007. 274 p.
- BAUS, T. C. *Forward...From The Sea: Intelligence Support to naval Expeditionary Forces*. 1996. Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?abstract&did=445861>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- COLOMB P.H. *Naval Warfare: Its Ruling Principles and Practice Historically Treated*. London: W.H. Allen & Co., 1899. 243 p.
- CORBETT, J. S. *Some Principles of Maritime Strategy*. New York: Longmans Green & Co, 1911. 317 p.
- CORDEIRO, L.E.P.C; LOURENÇÃO H.J. Força militar dos EUA no pós-guerra fria: ganhando batalhas e perdendo guerras, *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. v. 3, n. 2, p. 103-117, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/download/72425/42027>> Acesso em: 26 jul. 2018.
- COUTAU-BÉGARIE, H. *Tratado de Estratégia*. tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 664 p. Título Original: *Traité de stratégie*.
- DE MOURA, J.A.A. *A Estratégia Naval Brasileira no Pós-Guerra Fria: Uma análise comparativa com foco em submarinos*. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar, 2014. 367 p.
- DINIZ, E.; JUNIOR, D.P.; RAZA. S.G. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 186 p.
- DORMAN, A.; SMITH M.L.; UTTLEY M.R.H. *The Changing Face of Maritime Power*. New York: St. Martins's Press, 1999. 198 p.
- ERICKSON, A.S.; GOLDSTEIN, L.; LI N. *China, The United States and 21st-Century Sea Power - Defining a Maritime Security Partnership*, Annapolis: Naval Institute Press, 2010. 529 p.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*. Washington, 2007. Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?view&did=479900>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- _____. Department of the Navy. *Forward ...From The Sea*. Washington, 1994. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/navy/forward-from-the-sea.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- _____. Department of the Navy...*From The Sea*, Washington, EUA, 1992. Disponível em: <<http://www.navy.mil/navydata/policy/fromsea/fromsea.txt>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- FRIEDMAN, N. *Seapower as Strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 2001. 352 p.
- HANDEL, M.I. *Masters of War - Classical Strategic Thought*. London, Portland: Frank Cass

Publishers, 2001. 482 p.

HAYNES, P. D. *American Naval Thinking in the Post -Cold War Era: The U.S. Navy and the Emergence of a Maritime Strategy, 1989-2007*. 2013. 427 f. Dissertation - Naval PostGraduate School, Monterey, 2013. Disponível em: <<http://www.hsdl.org/?view&did=741766>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MONTEIRO, N.S. Sir Julian Stafford Corbett, o Clausewitz da Estratégia Marítima, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, V.131 n. 10/12, p. 136-153, Out/Dez. 2011.

PECEQUILO, C.S. *Manual do Candidato – Política Internacional*. Brasília: FuNAG, 2012. 354 p.

STEPHEN, R. P. *The U.S. Navy's "...From the sea strategy": Sir Julian Corbett Revisited?..* 1997. 14 f. Core Course 2 Essay - National War College, Washington, 1997. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a442232.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

TILL, G. *Seapower: A guide for the Twenty-First century*. London: Routledge, 2018. 476 p.

VIDIGAL, A.A.F. Apontamentos sobre estratégia Naval (II) - A Estratégia Naval dos Estados Unidos durante e após a Guerra Fria, *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, V.138 suplemento 2018, p. 176-222, Out/Dez. 1999

WIDEN, J.J. *Theorist of Maritime Strategy: Sir Julian Corbett and his contribution to Military and Naval Thought*. New York: Routledge, 2012. 190 p.